



PLANO DE GOVERNO

# SERGIPE PRECISA MUDAR!

AROLDO FELIX / LUZE AUGUSTA \_ 2023-2026



## SERGIPE PRECISA MUDAR!

Reafirmamos que nosso GOVERNO será pautado nas questões de maior sensibilidade para a população sergipana mais humilde.

Combateremos firmemente o avanço do fascismo em Sergipe, do racismo, do machismo e da misoginia, da LGBTfobia e de todo tipo de opressão. Pautaremos o desenvolvimento socioeconômico com base na preservação do meio ambiente e do fortalecimento das energias renováveis.

Combateremos as privatizações e lutaremos pela reestatização das empresas públicas estratégicas que foram privatizadas. O orçamento participativo será o norte para os investimentos públicos, ou seja, nosso governo será DO POVO, COM O POVO e PARA O POVO.

*Aroldo Félix e Luze Augusta*

## APRESENTAÇÃO

O programa de governo **SERGIPE PRECISA MUDAR!**, DO PARTIDO UNIDADE POPULAR, foi elaborado com objetivo de apontar soluções para os problemas sensíveis da população mais humilde do nosso Estado e esquecidos pelos sucessivos governantes. Constatamos que ao longo dos anos entra "Governo" e sai "Governo" e a situação de quem mais precisa só piora. São apresentados, em todas as eleições, programas de governo que não saem do papel, ou melhor, o que é concretizado corresponde apenas aos interesses pessoais, dos familiares e dos amigos empresários e banqueiros. Então o que vemos é o compromisso com eles próprios, com os políticos corruptos e com quem saqueia as trabalhadoras e os trabalhadores todos os dias. Neste sentido, o programa de governo **SERGIPE PRECISA MUDAR!** vem apresentar uma mudança de cultura em nosso Estado, uma **RENOVAÇÃO DE PESSOAS, DE PROJETO POLÍTICO E DE FORMA DE GOVERNAR.**

A UNIDADE POPULAR é o mais novo partido do Brasil, obteve seu registro em dezembro de 2019 após 1 milhão e 200 mil assinaturas coletadas nas periferias do nosso país, praças, feiras, mercados, terminais de ônibus, e metrô. O partido surgiu da necessidade de milhares de trabalhadoras e trabalhadores, negras e negros, jovens, mulheres, em ter um instrumento de luta que batalhasse pelos nossos direitos, de um partido político que realmente representasse os trabalhadores e o povo pobre do nosso país. Um partido cujo compromisso seja com o povo que mais precisa, e não com essa elite parasita que enriquece as custas do nosso trabalho.

Esse gigantesco trabalho de registrar um partido político no Brasil só foi possível graças a destemida e abnegada militância do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), da União da Juventude Rebelião (UJR), do Movimento de Mulheres Olga Benário e do Movimento Luta de Classes (MLC), esses movimentos sociais junto com diversos apoiadores e a vontade de mudança do nosso povo conquistaram essa grande façanha. Todo esse esforço foi garantido sem um centavo dos grandes empresários, banqueiros, latifundiários e políticos.

A luta de classes em nosso país está cada dia mais acirrada e a UP surge com sua posição de classe bem definida, é um partido, verdadeiramente, da classe trabalhadora, aponta que a conciliação de classes não serve aos trabalhadores e ao povo mais pobre, sendo a única beneficiada a classe dos patrões.

## INTRODUÇÃO

Sergipe hoje possui a 4ª maior taxa de desemprego no Brasil com 14,9% (segundo dados Pnad-C), o que representa mais de 169 mil mães e pais de família sergipanas que não sabem como vão fazer para alimentar seus filhos. Para piorar, quase metade (48,17%) da população do nosso Estado vive em situação de pobreza (segundo estudo da FGV Social, 2022), ou seja, com renda per capita mensal até R\$ 497,00.

Com a falta de emprego, os alimentos cada vez mais caros e itens da cesta básica com aumento de 103% em um ano (UOL, 12 de maio de 2022), o Brasil voltou ao Mapa da Fome das Nações Unidas. São mais de 33 milhões de brasileiros (15,5% da população) que passam FOME, 14 milhões a mais em cerca de um ano (aumento de 42%). Outro dado alarmante é que mais da metade da população, 125,2 milhões de brasileiros (58,7% da população) convivem com algum grau de insegurança alimentar. Essa é uma realidade para 68% dos nordestinos. Em Sergipe a situação não é diferente, mais da metade dos sergipanos vivem com insegurança alimentar. Em contrapartida o Brasil é um dos maiores produtores de grãos, frutas, carne e leite, sendo responsável por alimentar mais de 800 milhões de pessoas no mundo. Ou seja, enquanto o agronegócio lucra cada vez mais, nosso povo passa mais fome.

Já o nosso Estado se destaca como um dos maiores produtores do Nordeste e do Brasil quando se trata de milho (904.505 toneladas, sendo o quarto maior produtor do Nordeste), coco (161.113 milhões de frutos, quarto maior produtor do país), laranja (378.422 toneladas, 2ª maior produtor do Nordeste e 6ª maior do Brasil), arroz (31.000 toneladas, 3ª maior do Nordeste), além de cana-de-açúcar, feijão, mandioca, batata-doce, abacaxi, maracujá, banana, limão, entre outros. Também possui um grande rebanho bovino, suíno e ovino, além de ser um grande produtor de aves e leite (com produção diária de mais de 1 milhão de litros).

O déficit habitacional em Sergipe ultrapassa as 80 mil moradias, destas, mais de 24 mil são moradias precárias. No Brasil mais 220 mil pessoas estão em situação de rua e morrendo de frio. A falta de saneamento básico é uma realidade para milhares de famílias do nosso Estado. E o transporte público não atende as demandas da população, e as empresas de transporte coletivo, sedentas por lucrar cada vez mais, extinguíram com a profissão de cobrador, desempregando centenas de pais e mães de família, sobrecarregando o motorista e piorando ainda mais a qualidade do serviço prestado.

A polícia no estado de Sergipe é a segunda que mais mata no Brasil. As balas da polícia têm endereço certo, das vítimas, 74% são jovens e 84,1% são negras e negros. A juventude e os trabalhadores pretos e pobres são alvos de torturas e assassinatos nas periferias à luz do dia, como vimos no último dia 25 de maio o caso de Genivaldo de Jesus, brutalmente torturado e assassinado em Umbaúba pelos monstros da PRF. Enquanto isso, o Governador Belivaldo Chagas não se pronuncia diante desta atrocidade e o fascista Bolsonaro se coloca na defesa dos nazifascistas da PRF.

A Unidade Popular pelo Socialismo (UP) exige Justiça por Genivaldo e por todos que foram vítimas das chacinas recorrentes nas periferias. Segurança Pública não é isso! Chega de matar nosso povo hhpobre e preto!



# PROPOSTAS DA UP PARA TRANSFORMAR SERGIPE

## ECONOMIA E TRABALHO PARA O POVO

1. Realizar uma auditoria da dívida pública do Estado do Sergipe com entes estatais e privados para eliminar irregularidades e renegociar dívidas que só servem para sangrar os recursos públicos e enriquecer bancos e especuladores do sistema financeiro;
2. Contra a privatização da DESO;
3. Reestatização das empresas públicas estratégicas que foram privatizadas;
4. Redução imediata das tarifas de água e esgoto;
5. Fortalecimento do Banese ampliação na capacidade de investimento público em infraestrutura;
6. Revisão da política de isenções fiscais às grandes empresas; auditoria dos grandes devedores de impostos para que estes quitem integralmente suas obrigações;
7. Criação de frentes emergenciais de trabalho para acabar com desemprego e ampliar as obras públicas de primeira necessidade para a população, como saneamento e urbanização;
8. Fiscalização das empresas para garantir que os direitos trabalhistas sejam garantidos, piso salarial justo e que 100% das vagas de empregos geradas do estado fiquem para os sergipanos, uma vez que temos uma mão de obra qualificada em todos os seguimentos;
9. Fortalecer, ampliar e interiorizar o CEASA, acabando com as indicações eleitoreiras para a diretoria;
10. Gestão democrática do Estado, com eleição dos dirigentes das estatais pelos trabalhadores das próprias estatais, acabando com as indicações eleitoreiras e proibindo agentes ligados ou que já tenham tido ligação aos bancos privados de participarem da gestão dessas empresas;
11. Defender no plano nacional a Petrobrás 100% Estatal e a retomada de investimentos no estado de Sergipe;
12. Apoio à economia popular e aos pequenos comerciantes, especialmente nas comunidades e bairros pobres, com crédito popular fornecido pelo Banese;
13. Política de Crédito Estatal para micro e pequenos empresários;
14. Garantia de renda mínima para a população, num programa social que utilize o Sistema Único de Assistência Social como forma de acompanhar e apoiar famílias em situação de pobreza;
15. Auxílio emergencial de um salário mínimo;
16. Fim da perseguição aos camelôs e todos os trabalhadores informais;
17. Ampliação da rede de restaurantes populares;

## SEGURANÇA PÚBLICA

18. Reestruturação das polícias Civil e Militar, dentro dos limites do atual marco constitucional;
19. Mudança dos critérios de seleção e treinamento de novos policiais, com enfoque nos direitos humanos, não-letalidade, antirracismo e feminismo;
20. Acabar com as operações policiais violentas nas comunidades, substituindo-as por ações de inteligência em todo o Estado, com forte fiscalização e controle das armas e munições em controle do governo estadual;
21. Atrelar o atendimento de requisitos de direitos humanos e sociais à progressão nas carreiras policiais, desestimulando a valorização da truculência policial;

22. Reformulação dos atuais Conselhos Comunitários de Segurança Pública: funções novas para que se transformem em assembleias populares dedicadas à Segurança Popular. Cada Conselho Comunitário de Segurança Pública será formado por um corpo administrativo composto por servidores públicos concursados (assistentes sociais, sociólogos, antropólogos, psicólogos, educadores), cidadãos e cidadãs voluntários/as, organizações locais da sociedade civil e associações comunitárias, todos com representação e direito a voto nas reuniões periódicas;
23. Transformar as penitenciárias e cadeias em Unidades de Reeducação Popular. Serão centros para a formação, acompanhamento psicossocial e profissionalização de pessoas em conflito com a lei;
24. Buscar parcerias e convênios com empresas, associações de bairro e ONGs para viabilizar a ressocialização real das pessoas em conflito com a lei. O governo do Estado dará atenção e oportunidades de emprego para todo/as os condenados/as que se destacarem nos processos formativos das Unidades de Educação Popular;
25. Criação da Comissaria da Juventude, nova instituição que buscará aplicar verdadeiramente as medidas socioeducativas e integradoras previstas no ECA, ficando na alçada da Secretaria de Educação;
26. Investigar, condenar e punir os nazifascistas da PRF responsáveis pelo assassinato de Genivaldo de Jesus;
27. Formar rede de Casas Abrigo para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo apoio multiprofissional às vítimas de violência doméstica, violência sexual, violência obstétrica, assédio moral, fortalecendo a rede de apoio junto às organizações feministas;

## SAÚDE PÚBLICA

28. Retomada da administração direta da saúde pública pelo Estado, encerrando e auditando os contratos com as OS;
29. Realização de concursos públicos para saúde e recomposição de orçamento para área;
30. Criação de entidade pública de pesquisa e produção de vacinas e medicamentos;
31. Criação de Laboratório Farmacêutico do Estado de Sergipe para a produção de remédio a baixo custo para a população;
32. Valorização profissional: garantir aumentos anuais a todos os servidores da saúde, plano de cargos e carreiras para os servidores, fim dos contratos terceirizados para atividades-meio, com contratação direta também de pessoal para áreas de limpeza, segurança, maqueiros, etc.
33. Criação de uma rede de apoio à saúde mental da população, ampliando a capacidade de atendimento dos CAPS, disponibilizando equipes de profissionais da área para visitar as instituições de ensino públicas e realizando campanhas permanentes sobre o tema;
34. Universalização do saneamento básico em todo o Estado para diminuir os índices de doenças evitáveis fruto da falta do tratamento de água e esgoto;
35. Garantia de atendimento primário e Saúde da Família em todas as cidades e povoados;
36. Ampliação e interiorização das UPA's.

**EDUCAÇÃO**

37. Defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade;
38. Criação da Universidade Estadual de Sergipe;
39. Garantir o livre acesso dos estudantes da Rede Pública de Educação às escolas técnicas e universidades estaduais com ampliação da rede;
40. Lutar pela reabertura das unidades escolares fechadas, abertura de novas escolas e expansão das vagas nas escolas e universidades até garantir a universalização de todo ensino básico e superior;
41. Criar um observatório da política educacional sergipana para acompanhar as ofensivas do capital e desenvolver estratégias de defesa da educação pública. Nesse sentido, propomos acabar com os investimentos públicos em fundações e outras instituições privadas. O dinheiro público deve ir para a educação pública!
42. Defender a criação de um plano de carreira unificado dos profissionais de educação da Rede Pública de Educação Básica, das Escolas Técnicas e universidade estadual de Sergipe. Nesse sentido, queremos a realização de concursos públicos para a elevada demanda de profissionais de Educação e acabar com a política de contratações temporárias e terceirização;
43. Instituir a política estadual de auxílio permanência estudantil, tanto para estudantes da educação básica, como do ensino superior; construção de alojamentos estudantis nas proximidades das escolas técnicas e universidade estadual;
44. Ampliar gradualmente o Ensino Integral para 100% das escolas da rede pública estadual até 2026;
45. Revisar a política de alimentação escolar, priorizando produtores locais da agricultura familiar, garantindo alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos para a comunidade escolar e fomentando a economia local, com a inclusão de opções vegetarianas;
46. Manutenção obrigatória das 12 disciplinas (Artes, Educação Física, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Biologia, Física, Química, Matemática, Filosofia, Geografia, História e Sociologia) na grade curricular das instituições que ofertam o ensino médio e suas modalidades no estado de Sergipe;
47. Instituir uma política de abono de ponto para as/os profissionais da Educação em atividades de formação continuada;
48. Instituir convênios entre a Secretaria Estadual de Educação e as Instituições Públicas de Ensino do Estado para a promoção de atividades de formação continuada gratuitas para as/os profissionais da Educação;
49. Instituir convênios entre a Secretaria Estadual de Educação e as Instituições Públicas de Ensino para a garantia de reserva de vagas para as/os profissionais da Educação nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu;
50. Garantia da Lei do Piso Nacional do Magistério, da Gratificação por Regência de Classe e por dar aula em Escolas de Tempo Integral, e da Paridade entre Ativos e hAposentados.

**HABITAÇÃO, MOBILIDADE URBANA E DIREITO À CIDADE**

51. Garantir a gestão democrática e o controle social da cidade como formas de planejar, produzir e governar coletivamente o espaço urbano; criação e promoção do Conselho Estadual das Cidades;
52. Promover uma profunda Reforma Urbana Popular, que democratize o espaço das cidades. Garantir que imóveis e terrenos desocupados sejam destinados à eliminação do deficit habita-

cional; fim dos despejos;

53. Investir na construção de casas populares por meio de cooperativas de trabalhadores e mutirões. O Governo do Estado deve parar de dar dinheiro para grandes empreiteiras e oferecer capacitação técnica, por meio de convênios com entidades profissionais e instituições de ensino, para que o próprio povo construa suas residências. As unidades habitacionais também podem ser projetadas de maneira sustentável, utilizando tecnologias já comprovadas, como tijolo ecológico e energia solar.
54. Realizar a regularização fundiária de unidades habitacionais nas periferias, ocupações e bairros populares para garantir o direito humano à moradia, assim como um programa de apoio e financiamento de reformas nas casas;
55. Ampliar vagas em creches e escolas públicas, em tempo integral, para garantir que todas as crianças tenham seu direito à educação respeitado e para que as mães consigam estudar e trabalhar;
56. Administração Estatal e com Controle Popular do transporte público e redução das passagens;
57. Implementar o passe livre intermunicipal para os estudantes de todas as séries e etapas do ensino, inclusive de instituições de ensino superior públicas;
58. Criação de uma Empresa Estadual de Transporte Público garantindo o serviço de qualidade, com tarifas populares e valorização dos profissionais, cobradores e motoristas.

**CULTURA E JUVENTUDE**

59. Criação da Agência Estadual do Primeiro Emprego, com banco de dados de emprego específico para a juventude, especialmente para juventude periférica;
60. Promoção de política voltada para prevenção de gravidez na adolescência e proteção para as jovens mães, através do estabelecimento de políticas de permanência para as mães nas escolas e universidades públicas;
61. Valorização da cultura periférica! Reconhecimento das produções culturais das periferias como patrimônio imaterial. Garantia do direito à livre expressão dessas manifestações culturais. Implementação de uma política de fomento à cultura periférica, através da divulgação de editais e da garantia da utilização e expansão dos aparelhos culturais;
62. Defesa da vida da Juventude Negra! Pelo fim da violência policial nas periferias. Implementação imediata de câmeras nos uniformes dos policiais e fim das operações policiais nas favelas;
63. Pela promoção da prática esportiva entre a juventude! Fomento à federações e ligas esportivas; melhorias da infraestrutura nas escolas, praças públicas, centros esportivos e ciclovias. Apoio às entidades estudantis e atléticas universitárias para realização de jogos estudantis no Estado. Criação de um Fundo de Apoio aos Jovens Atletas;
64. Ampliação da representação da sociedade civil no Conselho Estadual da Juventude. Mudança de caráter do conselho, que terá caráter deliberativo e servirá de apoio para criação de políticas públicas para a juventude. Criação de um Fundo destinado a Juventude;
65. Apoio a pré-vestibulares populares através de incentivos fiscais, auxílio para alocação de espaços e doação de materiais;
66. Realização de parcerias com as universidades públicas e privadas e escolas técnicas para a realização de um grande programa de estágios no serviço público estadual para os estudantes universitários e do ensino técnico através da reserva de vagas para esse setor;

## **DIREITOS HUMANOS**

67. Fortalecer a política de Direitos Humanos no Estado com foco no combate ao racismo, ao feminicídio, à LGBTfobia, ao capacitismo, à aporofobia, à xenofobia e que garanta o respeito às Pessoas Idosas como forma de aproximar todas estas pautas das organizações sociais setoriais e da população em geral. Promover campanhas educativas permanentes e em massa sobre estes eixos.

68. Assegurar a liberdade religiosa, especialmente a promoção do respeito às religiões de matriz afro-brasileira, ter como prioridade o enfrentamento por parte do governo dos crimes de intolerância religiosa contra essas religiões;

69. Ter no combate ao racismo e punição dos racistas uma das prioridades do governo, desde dentro das instituições do Estado até o conjunto da sociedade.

70. Efetivar a Lei 10.639/2003 e 11.645/08, que asseguram o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena em todas as escolas da rede estadual.

71. Criar casas abrigo para membros da comunidade LGBTIA+ vítimas de exclusão familiar, seja por processo de violência física ou psicológica, de modo que não fiquem desamparadas e contem com apoio multiprofissional; assegurar o uso do nome social em todos os formulários, protocolos e demais atos no âmbito da administração estadual para pessoas transgênero e não-binárias;

72. Ter como centro no atendimento à população LGBTIA+ a formação educacional e profissional e no combate a pobreza e miséria, em especial à população trans, garantindo acesso desse segmento a empregos de qualidade;

73. Organizar a acessibilidade em todos os espaços públicos, e cobrar o cumprimento das diretrizes nos espaços privados, no sentido de garantir o pleno acesso das pessoas com deficiência à cidade;

74. Promover a educação inclusiva como parte do sistema de educação do estado, com a inserção de pessoas com deficiência nas turmas regulares da educação básica e superior.

75. Facilitar o ingresso da mulher ao mercado de trabalho, garantindo acesso à educação e capacitação profissional gratuita.

76. Garantir o debate de gênero nas escolas voltado ao combate ao machismo e ao assédio sexual e moral, ampliação e efetivo funcionamento da rede de enfrentamento à violência com mais equipamentos de atendimento e acolhimento das vítimas. Para a implementação dessas propostas é importante que o estado promova parcerias com os movimentos sociais.

77. Ter no enfrentamento a violência obstétrica uma das prioridades na política de saúde das pessoas grávidas.

78. Implementação de todas as medidas e recomendações previstas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade da alçada do poder público estadual;

79. Apresentar Projeto de Lei para retirada de estátuas, nomes de ruas, praças, escolas e demais logradouros e equipamentos municipais que homenageiam personalidades racistas, escravocratas, fascistas e integrantes dos governos e órgãos de repressão da Ditadura Militar;

**VENHA COM A UNIDADE POPULAR!**